



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

338ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Ata da ordem dos dias 8 e 9 de maio de 2025

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 338ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 08 e 09/05/2025

1 Nos dias oito e nove do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 338ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social, sob a Coordenação do Conselheiro, Sr.
3 Edgilson Tavares de Araújo, Presidente do CNAS e Representante da Secretaria Nacional de
4 Assistência Social – SNAS e contou com a participação dos seguintes conselheiros: Sra. Aldenora
5 Gomes González, Representante do Instituto Ecovida; Sra. Ana Lúcia Soares, Representante da
6 Associação Brasileira das/ os Terapeutas Ocupacionais – ABRATO; Sra. Maria Aparecida Guerra
7 Vicente, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS); Sra. Emilene
8 Oliveira Araújo, Representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Sr. Ismael Ultino Tavalone,
9 Representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores (MONPAD); Sra. Márcia
10 de Carvalho Rocha, Representante da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos/os
11 das/os Excepcionais – FENAPAES; Sra. Margareth Alves Dallaruvera, Representante da
12 Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS/CUT); Sra. Maria
13 Carolina Pereira Alves, Representante da Secretaria Nacional de Cuidados e Família; Sr. Ricardo de
14 Santana Marques, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência
15 Social (CONGEMAS); Sra. Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários do
16 Sistema Único de Assistência Social (FNU-SUAS); Sra. Tânia Soares de Souza, Representante do
17 Fórum Nacional de Secretários de Estado (FONSEAS); Sr. Thiago Szolnokky de Barbosa Ferreira
18 Cabral, Representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes –
19 FEBRAEDA; Sra. Keure Chamse Afonso, Representante da Representante da Rede Cidadã; Sra.
20 Catarina de Santana Silva, Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Sra. Jucileide Ferreira
21 do Nascimento, Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Sra. Amanda Simone
22 Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à
23 Fome; Sra. Rafaelly Machado da Silva, Representante do Movimento Nacional População de Rua
24 (MNPR); Sra. Geovana Pádua Gobbo Marinot, Representante do Fórum Nacional de Secretários(as)
25 de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Sr. Alessandro Tiezzi, Representante da PIA Sociedade

de São Paulo; Sr. Elias de Sousa Oliveira, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Eutália Barbosa Rodrigues Naves, Representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania; Sr. Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB); Sra. Andréia Fernandes Teixeira, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI); Sra. Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal; Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Maria Gonçalves da Conceição, Representante da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens – ANAB; Sr. José Miguel da Costa Júnior, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS; Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão; e Sr. Paulo Henrique Souza.

ABERTURA: O Presidente do CNAS, Sr. Edgilson Tavares de Araújo, saudou a todos os partícipes e realizou a abertura da reunião. Adiante, foi concretizada chamada para verificação do *quórum*. Verificada a presença dos conselheiros e conselheiras, partiu-se leitura da pauta para a referida reunião, que segue: *Dia 08/05/2025* - 9h às 10h: Reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem o CNAS. 10h às 10h15: Aprovação da ata da 337ª Reunião Ordinária e da pauta da 338ª Reunião Ordinária do CNAS. 10h15 às 11h: Apresentação da Marcha de Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, Convidado: Comitê da II Marcha de Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver. 11h às 12h: Relato da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social. 14h às 16h: Relato da reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Assistência Social. 16h às 18h: Relato da reunião da Presidência Ampliada do CNAS. *Dia 09/05/2025* - 9h às 10h: Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. 10h às 11h: Relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. 14h às 15h: Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda. 15h às 16h: Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. 16h às 17h. Informes da Presidência/Secretaria Executiva, CIT, SNAS/MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Adiante, foi realizada a aprovação da Ata da 337ª Reunião Ordinária do CNAS. Não havendo nenhuma consideração, foi aprovada à unanimidade pelos conselheiros presentes. Posteriormente, passou-se ao item: Apresentação da Marcha de Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver. Em seguida, a Sra. Solange Bueno solicitou aos conselheiros, se permitido, que seja realizada uma fala da delegação de representantes de alguns municípios de Santa Catarina e que possam acompanhar a reunião do pleno do CNAS. Não havendo

nenhuma objeção, a Senhora Nayara agradeceu pela consideração e inferiu sobre o nome dos municípios que estão sendo representados. Ato contínuo, seguiu-se ao item: Relato da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social. Aberto as contribuições, o Sr. Elias de Sousa Oliveira considerou que seria importante trabalhar não apenas em um ato, mas uma mesa de financiamento com o parlamento para que seja discutido assistência social e financiamento, trabalhando diretamente com a vinculação de recursos. Reforçou que essa seria uma mesa muito importante para a Conferência Nacional, convidando a Frente Nacional de Prefeitos, CNM e ABM para a discussão. Após, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo pontuou que podem ser feitas algumas atividades, no âmbito da conferência, tratando sobre a temática e realizando uma arena sobre financiamento, envolvendo as frentes parlamentares e a própria conferência. Convocando o Ministério de Planejamento, o Ministério da Fazenda, CONGEMAS, FONSEAS, entre outros. Seguidamente, a Sra. Rafaelly Machado da Silva inferiu que seria necessário solicitar ao Ministério da Cultura não somente o espaço, mas que eles também façam um diálogo com os estados, pois existem municípios com saldo em conta que poderiam financiar a vinda, para conferência, de grupos culturais. Adiante, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo propôs, como encaminhamento, que o glossário e dicionário possam ser um material que faça parte do chamamento público voltado para as entidades e OSC's de Assistência Social, com a possibilidade de contar com convidados para elaboração. Reforçou também que é necessário unir esforços, pois a proposta de realização de conferências livres nacionais, não é para ser estritamente nacional. Seu objetivo é convocar os movimentos no sentido de fortalecer o SUAS. Não havendo mais considerações, o relato da referida comissão foi aprovado pelos conselheiros presentes. Posteriormente, passou-se ao item: Relato da Comissão de Política da Assistência Social. O Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola proferiu a leitura da proposta de Resolução que dispõe sobre a instituição e os parâmetros de funcionamento da Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social - FORSUAS. Em regime de votação com *quórum* qualificado: Ana Lúcia Soares, Aparecida Guerra Vicente, Elias de Sousa Oliveira, Emilene Oliveira Araújo, Ismael Ultino Tavalone, Margareth Alves Dalarruvera, Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Ricardo de Santana Marques, Shirley de Lima Samico, Solange Bueno, Thiago Szolnoky de Barbosa Cabral, Regis Aparecido Spindola, Marcia de Carvalho Rocha, Edgilson Tavares de Araújo e Clóvis Alberto Pereira manifestaram voto favorável à aprovação da minuta. Sendo assim, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo proclamou a aprovação da referida resolução. Não havendo mais considerações, o relato da referida comissão foi aprovado pelos conselheiros presentes.

88 Em seguida, seguiu-se ao item: Relato da reunião da Comissão Organizadora da 14ª Conferência
89 Nacional de Assistência Social. Aberto as considerações, a Sra. Solange Bueno, inquiriu que várias
90 pessoas comentaram sobre como será possível acessar os vídeos da campanha. Em reposta, o Sr.
91 Edgilson Tavares de Araújo informou que será possível realizar a verificação dos vídeos por meio do
92 site e blog do CNAS e as pílulas, com as mensagens dos conselheiros estão sendo disponibilizadas
93 nas redes sociais. Como encaminhamento, foi proposto que as conselheiras(os) serão divididos para
94 recepcionar e credenciar os delegados que irão participar da 14ª Conferência Nacional. Também serão
95 incluídos vídeos falando acerca do parecer da Conjur e sobre o custeio de passagens para os
96 delegados. Ato contínuo, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo inferiu que deve haver a paridade de
97 delegados, pois durante a Conferência Nacional serão utilizados critérios e não poderão ser
98 substituídos os delegados da sociedade civil por delegados governamentais e vice-versa. Após, foi
99 realizada a leitura da Nota de Recomendação acerca da participação de adolescentes nas Conferências
100 de Assistência Social e não havendo nenhuma objeção, os conselheiros presentes aprovaram a nota.
101 Seguidamente, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo inferiu que a participação dos adolescentes quem
102 irá decidir são os conselheiros, pois não cabe ao CNAS colocar uma definição da quantidade ou cotas
103 para essa participação. E defendeu que é legítima essa participação, pois eles são usuários do
104 SUAS. Adiante, o Sr. Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão reforçou que é fundamental
105 garantir a participação de adolescentes nesses eventos, pois ele é um exemplo do que pode acontecer
106 se for introduzida essa participação logo cedo. Posteriormente, a Sra. Solange Bueno inferiu que seria
107 importante deixar claro a situação dos acompanhantes que virão com os adolescentes. Em seguida, o
108 Sr. Edgilson Tavares de Araújo considerou que o CNAS não irá validar alteração de prazo de
109 realização do período conferencial, sem a deliberação dos conselhos estaduais. Diante disso, cabe a
110 cada CEAS emitir uma declaração de anuência ao CNAS inferindo que não haverá problema no nível
111 estadual, tampouco nacional. Ato contínuo, o Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral
112 realizou a leitura da Nota Pública sobre a utilização de logomarca da 14ª Conferência Nacional de
113 Assistência Social - CNAS por consultorias, sem autorização. Não havendo considerações, a nota foi
114 aprovada pelos conselheiros presentes. Como encaminhamento, foi solicitado que a nota seja
115 divulgada junto aos CEAS e CMAS. Após, seguiu-se ao item: Relato da reunião da Presidência
116 Ampliada do CNAS. Aberto as considerações, o Sr. Ismael Ultino Tavalone solicitou que pudesse
117 participar, juntamente com a Conselheira Sra. Márcia de Carvalho Rocha, da Mesa Redonda no XVIII
118 Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional que será realizado na cidade de Campo Grande-MS, no

119 dia 24 de setembro de 2025. Não havendo objeções, foi aprovado pela plenária. Seguidamente, o Sr.
120 Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão foi designado para participar, representando o CNAS,
121 no Terceiro Seminário Nacional de Gestores e Gestoras Municipais de Juventude, que ocorrerá entre
122 os dias 27 a 29 de maio de 2025, em Brasília-DF. Acerca do Ofício do CEAS/MT nº 31/2025, foi
123 proposto, como encaminhamento, que seja enviada uma resposta falando sobre a Resolução nº 178,
124 e solicitando mais esclarecimentos sobre a participação do CNAS. Solicitar ao GT de Atualização do
125 Código de Ética que avalie a criação de um dispositivo que trate do protocolo para pesquisas, bem
126 como solicitar parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade e caso não possua,
127 encaminhar o projeto de pesquisa indicando possíveis riscos que a pesquisa pode ocasionar. Sobre o
128 Relatório de Avaliação nº 1735314 da atuação dos Conselhos de Assistência Social realizado pela
129 CGU, a Sra. Aparecida Guerra Vicente inferiu que as questões sobre o IGD devem ser levadas à CGU
130 para que seja dada a devida utilização que é fortalecer o Controle Social. Adiante, a Sra. Shirley de
131 Lima Samico se disponibilizou a compartilhar os dados do Censo SUAS com os conselheiros para
132 que possam se aprofundar antes da reunião trimestral que ocorrerá com a CGU. Posteriormente, a
133 Sra. Solange Bueno considerou que o documento apresentado não pode ser restrito apenas aos
134 conselhos, pois existe uma parte elementar que são os gestores municipais e que essa temática deve
135 ser pautada na reunião da CIT. Em seguida, a Sra. Margareth Alves Dalarruvera solicitou que, a partir
136 de julho, essa pauta seja inserida nas reuniões das Comissões Temáticas do CNAS, inferindo sobre
137 as recomendações apresentadas pela CGU. Ato contínuo, o Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira
138 Cabral sugeriu que seja retirado o encaminhamento que trata sobre a criação de um GT para
139 composição do CNAS. Após, a Sra. Maria Aparecida Guerra Vicente reforçou sobre a importância
140 da presença e representatividade de outros ministérios por conta das questões intersetoriais sobre a
141 política de Assistência Social. Seguidamente, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo, inferiu que é
142 importante escutar o que a sociedade civil do Brasil pensa a respeito da composição do CNAS e que
143 isso não seja um debate apenas para dentro do conselho, realizado internamente. Adiante, passou-se
144 ao item: Memória da 338ª Reunião Ordinária do CNAS. Acerca do Fundo, como encaminhamento,
145 foi proposto que o DEFNAS solicitará a Conjur buscar caminhos para esclarecimento e fluxo de
146 processamento desses pagamentos, e que o INSS será questionado na reunião que acontecerá em
147 junho. Posteriormente, a Sra. Aldenora Gomes González realizou a leitura da minuta de Resolução
148 que aprova os parâmetros da Proposta Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento
149 2026. Em regime de votação com *quórum* qualificado os conselheiros Aldenora Gomes González,

150 Ana Lúcia Soares, Aparecida Guerra Vicente, Emilene Oliveira Araújo, Maria Carolina Pereira
151 Alves, Ismael Ultino Tavalone, Margareth Alves Dalarruvera, Ana Carine do Nascimento Feitosa,
152 Mallon Francisco Felipe Rodrigues de Aragão, Ricardo de Santana Marques, Shirley de Lima
153 Samico, Solange Bueno, Thiago Szolnoky de Barbosa Cabral, Catarina de Santana Silva, Amanda
154 Simone Silva, Geovana Pádua e Edgilson Tavares de Araújo, manifestaram voto favorável à
155 aprovação da minuta. Sendo assim, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo proclamou a aprovação da
156 referida resolução. Em seguida, passou-se ao item: Relato da reunião da Comissão de
157 Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda. Como convidado, o
158 Sr. Amarildo Baesso, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais. Aberto as considerações,
159 o Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Cabral pontuou que tem uma preocupação de que seja retirado do
160 poder do CNAS o que diz no artigo 18 da LOAS. Também solicitou uma explicação do Governo
161 acerca da intencionalidade e montagem de novas secretarias específicas para organizar essas
162 tratativas. Ato contínuo, o Sr. Elias de Sousa Oliveira considerou que se sente preocupado sobre quem
163 será o interlocutor dentro da Casa Civil para realizar as tratativas acerca dos benefícios. Pontuou
164 também que a gestão dos benefícios não deveria ser feita pelo INSS, mas sim no CRAS, onde era
165 realizada anteriormente. Após, a Sra. Jucileide Ferreira do Nascimento inferiu que o orçamento da
166 Política de Assistência Social deve ser defendido, pois o BPC é uma política do SUAS e retirá-lo,
167 certamente vai inviabilizar o acesso a várias pessoas que precisam. Seguidamente, o Sr. Ismael Ultino
168 Tavalone agradeceu pela participação do Diretor no CNAS para que pudesse responder as dúvidas e
169 questionamentos dos conselheiros. Adiante, o Sr. Ricardo de Santana Marques inquireu sobre a
170 perspectiva da definição familiar que é pontuada dentro do Cadastro Único e sobre a judicialização.
171 Também solicitou que o Departamento possa apresentar ao CNAS o número de processos de
172 judicialização por região para que o conselho possa tomar conhecimento. Posteriormente, a Sra.
173 Solange Bueno solicitou que, dentro das mudanças que foram apresentadas, o Conselho Nacional
174 fosse convidado para fazer parte e acompanhar o novo momento. Em seguida, o Sr. Clóvis Alberto
175 Pereira questionou qual é a relação do PL 1.584 e as ameaças que estão sendo ouvidas referentes ao
176 Benefício de Prestação Continuada - BPC. Ato contínuo, a Sra. Maria Aparecida Guerra Vicente
177 solicitou um pedido de esclarecimento, pois há anos o INSS não faz concurso para as categorias de
178 Assistente Social e Psicólogos, o que afeta diretamente o CRAS, que opera com a quota mínima de
179 profissionais. Em resposta, o Sr. Amarildo Baesso inferiu que as considerações pontuais abrem
180 espaço para que sejam realizadas várias reflexões. Reforçou que não há nenhuma discussão acerca de

181 retirar o BPC do controle do Conselho Nacional de Assistência Social. Considerou também que um
182 dos nortes é que os benefícios sejam, cada vez mais, aprofundados no Sistema Único de Assistência
183 Social. Pontuou que houve um avanço no ponto de vista de acesso ao benefício por meio digital,
184 porém isso trouxe outros problemas pontuais. Finalizou ponderando que um caminho a ser seguido é
185 a substituição dos acordos de cooperação feitos pelo INSS com a OAB e Prefeituras, pelo CRAS,
186 mas é um processo de transição que deve ser pensado. Após, foi realizada a leitura da pauta para a
187 próxima reunião da Comissão de Benefícios e Transferência de Renda. Seguidamente, retomou-se a
188 leitura da Memória da 338ª Reunião Ordinária do CNAS. Como encaminhamento, foi sugerido enviar
189 as Moções da 13ª Conferência Nacional, também para a Frente Nacional em Defesa do SUAS e da
190 Seguridade Social, Ministério do Planejamento e Orçamento, Casa Civil, Secretaria Nacional de
191 Participação Social, Presidência da República e Ministério da Fazenda. Não havendo mais
192 considerações, a memória foi aprovada pelos conselheiros presentes. Adiante, foi proferida a leitura
193 da Memória da Reunião Conjunta entre a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
194 Social e Comissão de Política da Assistência Social. Aberto as considerações, a Sra. Solange Bueno
195 reforçou que deve haver uma conscientização por parte dos gestores municipais que deixaram saldo
196 em conta, enquanto muitas pessoas sofrem nas filas dos serviços e equipamentos públicos. Não
197 havendo mais considerações, os conselheiros presentes aprovaram a memória da Presidência
198 Ampliada. Posteriormente, passou-se ao item: Relato da Comissão de Normas da Assistência Social.
199 O Sr. Elias de Sousa Oliveira realizou a leitura da minuta de Resolução que institui o Grupo de
200 Trabalho com a finalidade de realizar estudos, apresentar análises e propostas de atualizações com
201 relação a Resolução CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011, Resolução CNAS nº 34, de 28 de
202 novembro de 2011 e Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014. Foram definidos os seguintes
203 conselheiros para comporem o Grupo de Trabalho: Solange Bueno, Clóvis Alberto Pereira, Keure
204 Chamse Afonso, Catarina de Santana Silva, Jucileide Ferreira do Nascimento, Ana Lúcia Soares,
205 Edgilson Tavares de Araújo, Elias de Sousa Oliveira, Maria Carolina Pereira Alves, Régis Aparecido
206 Andrade Spíndola, Ricardo de Santana Marques e Ana Carine do Nascimento Feitosa. Aberto as
207 considerações, o Sr. Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral inferiu que não seria oportuno a
208 criação de um GT para tratar das três referidas resoluções, pois a 32 e 33 conversam entre si, mas a
209 14 está em uma temática paralela. Em resposta, o Sr. Elias de Sousa Oliveira considerou que a
210 Resolução CNAS nº 14 foi inserida pois se teria um acúmulo da alteração da Resolução 27 para 182
211 e que possui uma correlação extremamente importante. Em seguida, o Sr. Edgilson Tavares de Araújo

212 considerou sua preocupação com o *quórum*, pois acredita que a quantidade de conselheiros
213 participantes do GT é grande e acaba sendo complicado quando não existe o comparecimento dos
214 mesmos para as reuniões. Não havendo mais considerações dos conselheiros, a minuta de Resolução
215 foi aprovada à unanimidade. Ato contínuo, passou-se ao item: Relato da Comissão de
216 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. Como encaminhamento foram pautados os
217 seguintes pontos: 1. Diminuir o tempo de duração da proposta de Podcast; 2. Solicitar o apoio da
218 ASCOM para as gravações; 3. Convidar a ASCOM para participar da reunião da CAC que será
219 realizada em junho. **ENCERRAMENTO:** Feitos os agradecimentos finais, o Sr. Edgilson Tavares
220 de Araújo, declarou encerrada a 338ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social
221 - CNAS.

222
223 Edgilson Tavares de Araújo

224 **Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social**

225
226 Brasília/DF

227 Maio de 2025